

TEXTO 2 – Mata, M^a Eugénia, “As três fases do Fontismo: projectos e realizações”, *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988,

1- Defina os objectivos da política económica que ficou conhecida por Fontismo (1850-1890)

(5 linhas)

2- Identifique os meios accionados para a sua execução

(5 linhas)

3- Avalie os resultados económicos dessa política

(sem limite)

4- *Comente a tese defendida por Jaime Reis sobre o analfabetismo em Portugal no século XIX considerando a informação que recolheu neste texto de Eugénia Mata.*

(sem limite)

TEXTO 1 – Reis, Jaime, “O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação”, *Nova Economia em Portugal – Estudos em homenagem a António*

Manuel Pinto Barbosa, Lisboa, FE-UNL, 1989.

- 1- Alfabetização e crescimento económico – fenómenos estatisticamente correlacionados. Educação é um serviço com uma procura com elasticidade-rendimento. Aumento do PIB permite aumentar a oferta deste serviço. Alterações na estrutura ocupacional do trabalho, que acompanha o crescimento económico, implica alterações na qualificação do trabalho e produtividade o que retroage na procura e oferta de educação.
- 2- Escolha de países com o mesmo ritmo de crescimento e com semelhanças culturais/ geográficas permite melhor avaliar as causas específicas da prestação da economia portuguesa que se distancia destas mesmas economias com as quais tem pontos de partida semelhantes
- 3- Passos da análise: a) **identificação da pergunta**: por que é que Portugal tem taxas de alfabetização mais baixas dentro dos países do sul da Europa? B) **Hipótese**: porque os custos e recursos necessários para aumento da alfabetização para níveis equiparáveis a outros casos nacionais eram incomportáveis. C) **Resposta e demonstração da hipótese**: construção de um modelo para aferir quanto custaria aumentar o nº de alfabetizados para níveis idênticos aos outros casos da Europa do Sul para testar se os custos e recursos eram incomportáveis. Verifica que não eram d) **busca de outras explicações possíveis atendendo à função social e política da educação em todos os países no século XIX.**
- 4- **Conclusão – O Estado não tinha incentivos para investir na educação.** Em Portugal havia uma forte integração social, feita de uma longa história: uma “nação” com fronteiras estáveis desde o século XIII diluiu os particularismos culturais – gerou coesão social. Por isso retirou incentivos ao Estado para investir num sector que era fundamental no século XIX para produzir essa integração social (educação). Entende-se educação como um dos mecanismos disciplinadores numa sociedade e entende-se que a interiorização de normas e de regras de conduta são factores potenciadores de confiança (“educação das almas”); confiança é um valor fundamental para a prestação positiva de um sistema económico em que as escolhas estão atomizadas (como é o mercado). Nesta abordagem Jaime Reis envereda por uma análise neo-institucionalista da economia.